

MAPA DOS ACERVOS MUSICAIS BRASILEIROS – PIBIC / CNPq

(Victor de Moura Lacerda, Paulo Augusto Castagna – Composição e Regência – Departamento de Música – Instituto de Artes – Campus de São Paulo).

O projeto propõe a elaboração de um mapeamento dos acervos musicais do país, com informações que visam orientar e conduzir objetivamente os pesquisadores na busca de fontes de pesquisa. Este mapeamento será disponibilizado na internet pelo site do Instituto de Artes da UNESP quando estiver concluída, no final do próximo ano. Objetiva-se também, através da interpretação e análise das informações obtidas, estudar e analisar a atual situação dos acervos musicais brasileiros face às discussões que foram realizadas sobre esse assunto nos últimos anos.

Previsto para dois anos, a primeira fase do projeto, a concluir-se no mês de julho de 2006, consistiu primeiramente em: realização de uma relação dos acervos já divulgados pelo *Guia VivaMusica!* e pelos sites do CDMC e da Funarte, constituindo um Banco de Dados em Plataforma Access para agilizar a consulta e a atualização dos dados dos acervos; levantamento de acervos ainda não divulgados pelos instrumentos acima referidos; elaboração de um formulário de questões onde são solicitadas informações referentes aos acervos que integrarão o Mapa dos Acervos Musicais Brasileiros, tais como: nome; ano de criação; endereço postal completo; telefone; fax; e-mails; página na internet; condições e horários para consulta; responsáveis; entidade mantenedora; tipo de repertório; quantidade aproximada de itens; períodos representados no acervo; fundos ou seções do arquivo; instrumentos de busca ou catálogos existentes; projetos de conservação, catalogação ou digitalização, realizados ou em andamento; publicações diretamente ligadas ao acervo; observações e informações complementares; e breve histórico do acervo; elaboração de uma carta de apresentação do projeto a ser enviada aos acervos por correio junto ao formulário de questões, anexo também a um envelope selado e endereçado para o envio do formulário respondido; digitação das respostas e readequação do Banco de Dados do projeto de maneira a melhor organizar as informações coletadas; elaboração e formatação da relação de acervos e dados, de maneira a constituir o Mapa dos Acervos Musicais Brasileiros; levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento musicológico no Brasil relativo a acervos musicais, com a finalidade de, através de confronto com as informações coletadas nos formulário de questões, compreender a atual situação dos acervos musicais brasileiros.

A segunda fase do projeto propõe um aprofundamento do trabalho desenvolvido principalmente em nível regional, criando novas estratégias para o levantamento de informações sobre os acervos e novas estratégias para a identificação de acervos que ainda permanecem desconhecidos da comunidade acadêmica. Discute-se a possibilidade de também abranger, no mapeamento, acervos de bandas, orquestras e corporações musicais nesta segunda fase, porém o projeto ainda não contempla a totalidade de acervos existentes em tais instituições, priorizando aqueles que já oferecem condições de acesso e que passaram ou estão passando por projetos de organização e catalogação com essa finalidade.

De setembro de 2005 até meados de outubro, foi confeccionado um Banco de Dados em plataforma Access e foram catalogados todos os acervos constantes no *Guia VivaMusica!* de 2002 a 2005. Foram acrescentados dados divulgados pelos sites do CDMC / UNICAMP e da FUNARTE, também relacionando acervos musicais. Até o início de novembro foi elaborada a carta de apresentação do projeto, descrevendo intrinsecamente sua consistência, necessidade, intenção e objetivo final. Um formulário de questões também foi elaborado, requerendo todas as informações de principal relevância que no futuro integrarão o *Mapa dos Acervos Musicais Brasileiros*. Tais documentos foram também disponibilizados na internet, a fim de oferecer mais de uma opção para a obtenção de informações e respostas através do site: <http://mapadosacervosmusicais.vilabol.com.br>.

Até o final de novembro, foram enviados: o formulário de questões e a carta de apresentação do projeto, junto com um envelope endereçado e selado para o envio da resposta por correio.

Entre os meses de dezembro de 2005 a maio de 2006 realizou-se uma remodelação do banco de dados, sendo tabuladas as respostas obtidas dos acervos. Como estratégia para estimular o envio de formulários respondidos, foram realizados constantes contatos via e-mail, além de haverem sido agendadas visitas pessoais a acervos situados na cidade de São Paulo, como a Discoteca Oneyda Alvarenga, o Instituto Itaú Cultural, o Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo, o Laboratório de Musicologia da ECA/USP, o Acervo do Mosteiro de São Bento, e o Instituto de

Estudos Brasileiros da USP, entre outros. Paralelamente, neste mesmo período, começou-se a desenvolver trabalho de organização, catalogação e pesquisa no acervo da Inspetoria Salesiana de São Paulo, onde o bolsista deste projeto integra equipe de trabalho também sob orientação de Paulo Castagna.

Do mês de maio em diante privilegiou-se, além da constante atualização do banco de dados e dos contatos efetuados junto aos acervos, um levantamento bibliográfico objetivando compreender a atual situação dos acervos musicais brasileiros, analisando as discussões realizadas sobre o tema principalmente nos últimos 20 anos e interpretando as informações coletadas pelo formulário de questões.

Foram registrados ao todo 116 acervos musicais em todo o Brasil, com um aumento de 21% em relação aos 96 divulgados pelo *Guia VivaMusica!* em 2005. No entanto, dos acervos contatados, apenas 41 responderam ao formulário enviado, compreendendo 40% do total.

O baixo número de respostas, mesmo após vários contatos com os acervos, indica primeiramente um desinteresse em relação à proposta do Projeto, o que significa que, se atualmente a democratização do acesso a acervos musicais é quase unânime no meio musicológico, essa realidade parece não se refletir entre os próprios responsáveis por acervos musicais no Brasil. Muitos dos dados de acesso coletados constavam também errôneos ou desatualizados.

Foi possível constatar, em entrevista pessoal efetuada em alguns acervos da cidade de São Paulo, que também existe uma grande incipiência teórica dos bibliotecários para lidar com material musical. Esse problema reflete-se na disposição e organização física de seus acervos: muitas questões específicas sobre o detalhamento do acervo, constantes no formulário enviado, representavam grande dificuldade aos bibliotecários, que muitas vezes sentiam-se incapazes de respondê-las. André Cardoso, no texto *Digitalização e Edição de Obras do Acervo de Manuscritos Musicais da Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ*, apresentado no *I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical*, comenta esse problema³: “... torna-se flagrante a necessidade urgente de formação de pessoal especializado e a capacitação daqueles que atualmente respondem pelos acervos. Os bibliotecários ou os arquivistas que trabalham com acervos musicais necessitam de formação e informações que extrapolam os programas dos bacharelados em suas respectivas áreas. Nesse aspecto os professores e pesquisadores têm papel fundamental, orientando e auxiliando o trabalho dos profissionais da documentação musical que por sua vez devem estabelecer uma linha direta com músicos e pesquisadores”.

Verificou-se que a maior parte dos acervos identificados e contatados pelo Projeto situa-se no Estado de São Paulo, representando 35% do total. Em seguida vem Rio de Janeiro, com 21%, e Minas Gerais, com 16%. Somando o percentual dos três estados chegamos ao montante de 72% dos acervos musicais conhecidos e divulgados no país. Os números sugerem maior atividade musicológica nestes estados, pois maior número de acervos musicais são conhecidos e, conseqüentemente, consultados. As demais regiões do país apresentam reduzido número de acervos relacionados, indicando, mais uma vez, uma necessidade de pesquisa mais aprofundada para identificação de acervos e arquivos musicais nestas regiões, no que implicariam trabalhos conduzidos regionalmente. Tal tarefa dificilmente seria empreendida com sucesso sem visita pessoal a esses lugares, às instituições culturais, religiosas e de ensino ali existentes.

Mesmo para o Estado de São Paulo, o número de respostas obtidas às informações solicitadas é pequeno, pois somente 39% dos acervos o fizeram. As estatísticas melhoram um pouco para o Estado do Rio de Janeiro, onde foram obtidos 42% de respostas, embora compreendam pouco mais da metade do número representado por acervos contatados no Estado de São Paulo. Mais uma vez constata-se a necessidade do desenvolvimento de projetos que visem engajar os acervos musicais a unir esforços para viabilizar o acesso por parte dos pesquisadores.

A maioria dos acervos registrados são bibliotecas, arquivos e museus públicos, que compreendem 40% do total. Em seguida, aparecem os acervos mantidos por instituições de ensino, como faculdades, conservatórios e escolas de música que representam 25%, e os acervos particulares e outros, como originários de fundações e centros culturais, com 20% do total.

Constatou-se também que a realidade apresentada pela Tabela T.3 reflete-se individualmente por cada Estado, sendo a maioria dos acervos registrados também geridos por bibliotecas, arquivos e museus públicos; exceto para o Estado de Minas Gerais, onde se constata uma maioria de acervos gerenciados por centros culturais, fundações e particulares.

Analizando-se as informações constantes nos formulários respondidos, observou-se que dos 40 acervos que responderam ao formulário, 73% souberam informar o tipo de repertório que possuem, 88% informaram o tipo e quantidade de documentos que possuem, 90% informaram os períodos representados no acervo, 53% informaram possuir instrumentos de busca ou catálogos, 73% informaram possuir concluído ou em andamento projetos de organização, catalogação ou digitalização e 43% informaram existir publicações diretamente relacionadas ao acervo.

No entanto, principalmente sobre informações referentes ao tipo e quantidade de repertório, tipo e quantidade de documentação e sobre períodos representados, verificou-se que a grande maioria dos acervos forneceu apenas uma vaga idéia sobre a constituição de seus acervos. Este fato poderá ser constatado ao se analisar diretamente o próprio Mapa dos Acervos realizado, onde consta exatamente o que foi informado por cada acervo. Algumas informações são vagas e contraditórias, como, por exemplo, o tipo de repertório informado pela Biblioteca Nacional, que declarou ser constituído seu acervo apenas por peças orquestrais e de música popular.

Dos acervos que responderam ao formulário, 73% informaram possuir projetos de organização, catalogação ou digitalização, concluídos ou em andamento. Essa estatística indica que a grande maioria dos acervos que responderam aos contatos efetuados se preocupa com a disponibilidade, acesso e manutenção de seu conteúdo arquivístico, além de terem contribuído com este projeto enviando o formulário respondido.

Analisa-se, finalmente, o percentual de acervos contatados que estão envolvidos em algum tipo de publicação diretamente a eles relacionada constantes na Tabela 5. O número é baixo, indicando apenas 43% do total contatado. A ausência ou reduzida participação na publicação de livros, artigos, partituras, etc. e/ou nula ou incipiente participação na realização de manifestações e/ou apresentações culturais faz com que sejam subutilizadas as principais ferramentas para a difusão do nome do próprio acervo.

Por fim resalto mais uma vez, lembrando José Maria Neves e sublinhando o citado por ele mesmo em 1993, com referencia à criação de um *Sistema Nacional de Arquivos Musicais*¹:

“É mesmo questão de vontade, de decisão e de coragem, por parte das instituições culturais brasileiras imediatamente voltadas para a preservação da memória cultural e artística: a Funarte (...), a Fundação Biblioteca Nacional (...) e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Cada uma dessas instituições, por suas características e em razão de suas prioridades, talvez tivesse dificuldade em atender às exigências da criação de um Sistema Nacional de Arquivos Musicais, mas uma delas poderia capitanear o esforço conjunto e responsabilizar-se pela administração do sistema. Não faltarão parceiros para esse trabalho: pesquisadores que já dedicam parte substancial de seu tempo (e, muitas vezes, de seus recursos pessoais) ao estudo da música do passado brasileiro, universidades que iniciam linhas de pesquisa em pós-graduação em musicologia, a Academia Brasileira de Música (que tem a obrigação e o desejo de manter um arquivo – centro de documentação – da música brasileira, e que certamente o fará, quando, sob sua nova direção, saindo do impasse no qual se encontra e retomando a ordem institucional, implementar plano de ação condizente com suas finalidades), instituições culturais dos Estados e municípios, e certamente as próprias corporações musicais antigas, que terão seus acervos catalogados. E os resultados não tardarão a surgir...”

(Grifos acrescentados pelo autor deste trabalho)

Há algum tempo não era debatido no meio musicológico o tema da criação de um sistema visando a disponibilização de toda riqueza informacional dos acervos de música do país de maneira interativa e com livre acesso pelos pesquisadores. Foi grande a surpresa e o contentamento que tive ao tomar conhecimento do projeto desenvolvido e apresentado pela profa. Beatriz Magalhães Castro no VII Encontro Nacional de Musicologia Histórica (07/2006 – Juiz de Fora). Propôs-se a criação de uma Biblioteca Digital Brasileira em Música, “o qual almeja integrar num único portal repositórios de informação digital que permita consulta simultânea e unificada do conteúdo destes acervos” (segundo a própria autora em resumo de apresentação ao seu projeto). Bem elaborado, o projeto de Beatriz contempla todos os passos de instalação e desenvolvimento deste sistema, inclusive dando saída mais

viável em relação ao proposto por Maria Neves quanto a gerência desta biblioteca digital, designando para esta função o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), o qual possui ampla atuação e experiência em projetos semelhantes de integração digital desenvolvidos no país, oferecendo completa infra-estrutura.

Por outro lado, para fundamentar a iniciativa proposta por Beatriz Magalhães, torna-se fundamental criar, diversificar e aprofundar trabalhos que visem o mapeamento dos acervos musicais brasileiros. Algumas iniciativas necessitam ser aprofundadas, como a pesquisa de campo elaborada por Pablo Sotuyo Blanco, que relaciona expressivo montante de acervos musicais existentes no Estado da Bahia (os quais pretendo também abranger e relacionar na segunda etapa de meu projeto); ou trabalhos como o desenvolvido conjuntamente por Carlos Fernando Sicomandi, Modesto Flávio Fonseca e Sérgio Dias, buscando, através da análise histórica das instituições eclesiásticas e culturais do Espírito Santo, investigar onde possivelmente poderá se encontrar preservados os registros das atividades musicais desenvolvidas ao longo da história deste Estado; além de inúmeras outras iniciativas de não menor importância realizadas nos últimos anos.

Mapear os acervos musicais brasileiros é apenas o primeiro e essencial passo para subsidiar um amplo conhecimento e estudo do passado musical brasileiro.

5. BIBLIOGRAFIA

- FISCHER, Heloísa (org.). *Guia VivaMúsica! 2001*. Rio de Janeiro: VivaMúsica! Marketing e Edições, 2001. 295p.
- _____. *VivaMúsica!: Anuário 2002*. Rio de Janeiro: VivaMúsica!, 2002. 304p.
- _____. *VivaMúsica!: informações da música clássica no Brasil 2003*. Rio de Janeiro: VivaMúsica!, 2003. 272p.
- _____. *VivaMúsica!: Anuário 2004*. Rio de Janeiro: VivaMúsica!, 2004. 255p.
- _____. *VivaMúsica!: Anuário 2005*. Rio de Janeiro: VivaMúsica!, 2005. 288p.
- COTTA, André Guerra. Considerações sobre o direito de acesso a fontes primárias para a pesquisa musicológica. III SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 21-24 jan. 1999. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000, p. 71-92.
- NEVES, José Maria. Arquivos Musicais Brasileiros: preservar enquanto é tempo. *Piracema*, Rio de Janeiro: ano 1, n.º 1, p. 136-145 (1 p. 144-145), 1993. GUIA das bibliotecas públicas do Brasil / Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Rio de Janeiro: O sistema, 1994. 215p.
- NEVES, José Maria. Arquivos de manuscritos musicais brasileiros: breve panorama. Recuperação e propostas para uma sistematização latino-americana. I SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 10-12 jan. 1997. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998. p.137-163.
- _____. Arquivos musicais brasileiros: preservar enquanto é tempo. *Piracema*, Rio de Janeiro: ano 1, n.1, p.136-145, 1993.
- I COLOQUIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA E EDIÇÃO MUSICAL, Mariana, 18-20 jul. 2003. *Anais*. (no prelo).

Bolsa: PIBIC / CNPq